

A RELAÇÃO PÚBLICO E PRIVADO NA EDUCAÇÃO: OS SISTEMAS APOSTILADOS DE ENSINO EM QUESTÃO

Evandro de Godoi

*Universidade Federal de Pelotas
eyevandro@gmail.com*

Valdelaine da Rosa Mendes

*Universidade Federal de Pelotas
valdelainemendes@outlook.com*

Eixo 07: Ciências Humanas

Resumo: As reformas do Estado que houve a partir da década de 1990 no Brasil impactaram diversas áreas das políticas sociais. Dentre elas a educação é objeto de análise deste artigo. Busca-se aqui apresentar a implantação de sistemas apostilados de ensino nas escolas públicas como problemática central que se relaciona com a dinâmica maior das relações entre o público e o privado e sua materialidade no real. Utilizou-se a metodologia de estado do conhecimento para aproximar-se do tema enquanto objeto de investigação científica. Os resultados ainda parciais demonstram que os sistemas apostilados de ensino na escola pública são tema de poucos estudos, e que a falta de controle social e transparência são intrínsecas à sua execução nas escolas.

Palavras-chave: Mercantilização da educação. Padronização na educação. Sistemas apostilados de Ensino.

Introdução

As políticas educacionais brasileiras passaram por grandes impactos e transformações no final do séc. XX e início do séc. XXI. O neoliberalismo influenciou este processo com suas privatizações em diversos âmbitos do setor público. Os sistemas apostilados de ensino são manifestações desse movimento. Esses sistemas são adquiridos do Sistema privado de produção e distribuição de material didático.

Nesse sentido o presente trabalho se propõe a realizar um estado do conhecimento acerca da implantação de Sistemas Apostilados de Ensino (SAE) e seu impacto no trabalho docente, focando na produção acadêmica do gênero artigo científico. As décadas finais do século XX foram marcadas por alterações que afetaram diversos setores da sociedade. A redefinição do papel do Estado que aconteceu no Brasil a partir da consolidação do neoliberalismo como modo de gerenciamento do capitalismo trouxe muitos impactos para o sistema educacional. A crise de acumulação do capitalismo exige que as coisas entrem de vez na lógica do lucro.

Desse ponto de vista, os sistemas de ensino se tornam foco da mercantilização crescente. No decorrer da história, movimentos sociais por educação, na luta pela construção de um plano nacional de educação (PNE) com qualidade-social, dentre outros objetivos, buscavam garantir efetividade no horizonte das políticas de Estado; investimento mínimo do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação, que garantiria condições para de fato erradicar o analfabetismo, promover universalização do ensino, etc. Em contraposição, o neoliberalismo determinava que não era o momento do Estado garantir políticas públicas, tendo em vista que o diagnóstico de crise era nele e não do capitalismo (PERONI, 2008).

Ou seja, o Brasil, que nunca vivera um “Estado de Bem-Estar-Social”, com uma história da educação marcada por negação da universalização, rupturas, ensino precário para a classe trabalhadora (ROMANELLI, 1986), chegou ao século XX com pendências históricas e num momento de retirada de direitos. É nesse momento que o mercado passa a ser o parâmetro que orienta as políticas sociais, afetando a educação, previdência, mudanças que embora resultado de processo histórico, passam a ocorrer e de forma rápida no papel do Estado (BRUNO, 2009).

Crescem as avaliações de larga escala na educação, os rankeamentos tanto de escolas quanto de docentes, a lógica neoliberal impregnou o tecido das políticas sociais. Uma modalidade de privatização que destaca-se neste projeto é a tendência a parceria de redes públicas municipais com empresas que fornecem os chamados “Sistemas Apostilados de Ensino” (SAE), ou Sistemas Estruturados de Ensino, ou, ainda, “sistemas de ensino”. Trata-se de compra de material didático estruturado e acompanhado (ou não) de formação continuada para docentes e ambiente de aprendizado para pais, alunos, professores e gestores.

Metodologia

As pesquisas do tipo estado da arte, ou estado do conhecimento tratam-se de pesquisas de caráter bibliográfico, que trazem o “desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento” (FERREIRA, 2002). Essas pesquisas encontram contribuição importante dos catálogos e bases de dados que armazenam trabalhos de diferentes escopos: dissertações, teses, artigos, etc. Mas mais do que um mapeamento tais pesquisas contribuem para a discussão de diferentes aspectos no interior da produção científica..

Resultados e Discussão

A busca empreendida no portal de periódicos da CAPES se orientou pelos seguintes buscadores: “sistemas apostilados”, “sistemas apostilados de ensino”, “sistemas privados de ensino”. Resultou em vinte e oito (28) artigos localizados, dentre os quais selecionou-se onze (11) para compor a presente análise. O critério de exclusão de artigos foi a falta de relação entre SAE e Escola Rede pública. A análise por sua vez levou em consideração os resultados dos estudos, mas também lançou outros questionamentos a partir da leitura dos artigos. Sendo assim elaborou-se um quadro onde consta nome do autor, título do artigo, resultados do artigo e ano de publicação.

Quadro 1 – Artigos extraídos do portal de periódicos CAPES

| Autor | Título | Resultados | ano |
|--|--|--|------|
| Denise Piniheiro ; Theresa Adrião | <u>Parcerias entre municípios paulistas e a esfera privada para a aquisição de "sistemas" de ensino apostilados na educação infantil</u> | Os resultados, confirmando trabalhos anteriores (Adrião, 2007 e 2008) mostram que a adesão a este tipo de parceria acentuou-se a partir de 2006 e pode virar uma tendência na educação paulista, mesmo em uma etapa de escolaridade em que se questiona a padronização do material pedagógico. | 2010 |
| Ferreira, Valeria Silva ; Da Silva, Sandra Cristina Vanzueta | <u>Expansão dos sistemas de ensino privado nos sistemas educacionais públicos municipais de Santa Catarina</u> | Com o advento da municipalização do ensino fundamental, as possibilidades do Fundeb e as avaliações em larga escala, as secretarias municipais aderem a sistemas educativos privados, denominados de sistemas apostilados. O assédio sedutor das empresas educativas e a promessa de melhorar índices das avaliações do MEC são hipóteses para o crescente avanço desses sistemas privados nas redes públicas. | 2014 |
| Juliane Zonaro Chimello ; Clecio Bunzen | <u>SISTEMA APOSTILADO E ENSINO DE LEITURA PARA AS CRIANÇAS DO 2º ANO NOS MUNICÍ-</u> | a análise, inspirada nas últimas avaliações do PNLD, sinaliza para diferenças significativas na diversidade de gêneros contemplada no material analisado; assim como o trabalho insuficiente com a questão da compreensão textual | 2011 |

| | | | |
|-------------------------------|---|---|------|
| | <u>PIOS PAULISTAS</u> | | |
| Carlos Eduardo De Souza Motta | <u>Indústria cultural e o sistema apostilado: a lógica do capitalismo</u> | O ensino apostilado compartimentaliza as informações e faz o indivíduo perder a criticidade; nota-se, portanto, uma mercantilização e massificação do conhecimento, transformando o "ensino" em mais um produto da Indústria Cultural | 2001 |

Fonte: Elaborado pelos autores

Considerações Finais

As conclusões ainda parciais evidenciam que a implantação de sistemas apostilados de ensino obedece a uma lógica de mercadorização do ensino. As justificativas para tal implantação são carentes de dados que comprovem a eficiência em responder as demandas de melhoria na qualidade da educação básica. A falta de mecanismos de transparência e controle social é uma problemática que encontra-se intrínseca aos sistemas apostilados de ensino.

Referências

ADRIÃO, Theresa et al. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de „sistemas de ensino“ por municípios paulistas. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 108, pp. 799-818, out/2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0930108.pdf>. Acesso em 09 mar. 2021.

BEGO, Amadeu. A implantação de sistema apostilado de ensino e o trabalho docente: os problemas e as decisões de uma rede escolar pública municipal. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 98, n. 250, p. 764-782, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-764.pdf>. Acesso em 15 mar. 2021.

BEGO, Amadeu; TERRAZZAN, Eduardo A. Características das apostilas de ciências da natureza produzidas por um sistema apostilado de ensino e utilizadas em uma rede escolar pública municipal. In: **Revista Ensaio**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 59-83, jan-abr, 2015. disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/epec/v17n1/1983-2117-epec-17-01-00059.pdf> . Acesso em 15 mar 2021.

BRASIL. **Lei n.º9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRUNO, Lucia. Poder e administração no capitalismo contemporâneo. In: OLIVEIRA, Dalila A. **Gestão democrática da Educação**. Desafios contemporâneos. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FERREIRA, Norma S. As pesquisas denominadas “estado da arte”. In: **Educação & Sociedade**, ano XXIII, no 79, Agosto/2002. Disponível em: Acesso em: 19 Jun. 2021.
FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

GATTI, Bernadete A; BARRETO, Elza S. ANDRÉ, Marli. **Políticas Docentes no Brasil**. Um estado da arte. Brasília: UNESCO, MEC, 2011.

PERONI, Vera M.V. Privatização do público versus democratização da Gestão da educação. In: GOUVEIA; PINTO; CORBUCCI (org.) **Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011.

PERONI, Vera. A relação público/privado e a gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado. In: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (orgs.). **Público e Privado na educação**. Novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008.

ROMANELLI, Otaiza. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.